

ATA DA 021ª SESSÃO ESPECIAL DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2016, CONVOCADA
PARA OUVIR O SENHOR EDUARDO DESCHAMPS, SECRETÁRIO
DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas
autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado estadual Padre
Pedro Baldissera;

Excelentíssimo senhor secretário de estado da
Educação, Eduardo Deschamps.

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e
srs. deputados, a presente sessão especial foi
convocada através de requerimento da sra. deputada
Luciane Carminatti, da bancada do Partido dos
Trabalhadores, e aprovado pelos demais
parlamentares, para ouvir o excelentíssimo sr.
secretário de estado da Educação, que irá prestar
esclarecimentos sobre o plano de carreira e
salários do Magistério Público Estadual.

A presente sessão seguirá o que preceitua o
Regimento Interno, no seu art. 340, o qual
estabelece:

(Passa a ler.)

"Art. 340. Presente na Assembleia, o
Secretário de Estado fará inicialmente uma
exposição do objeto de seu comparecimento,
respondendo, a seguir, às interpelações dos
Deputados.

§ 1º O Secretário de Estado, durante a sua
exposição ou ao responder às interpelações, bem
como o Deputado, ao anunciar as suas perguntas,
não poderão desviar-se do objeto da convocação,
nem responder a apartes."

Gostaria que ficasse bem claro isso a todos os
srs. deputados e sras. deputadas.

(Continua lendo.)

“§ 2º O Secretário convocado poderá falar durante trinta minutos, prorrogáveis, uma vez, por igual prazo, por deliberação do Plenário.

§ 3º Encerrada a exposição do Secretário, poderão ser formuladas perguntas pelos Deputados, não podendo cada um exceder a dez minutos, exceto o Autor do requerimento, que terá o prazo de quinze minutos.

§ 4º É lícito ao Deputado, ou membro da Comissão, Autor do requerimento de convocação, após a resposta do Secretário à sua interpelação, manifestar, durante dez minutos, sua concordância ou não com as respostas dadas.

§ 5º O Deputado que desejar formular as perguntas previstas no § 3º, deverá inscrever-se previamente.

§ 6º O Secretário terá o mesmo tempo do Deputado para o esclarecimento que lhe for solicitado.”[sic]

Neste momento, concedo a palavra ao sr. Eduardo Deschamps, secretário de estado da Educação, por 30 minutos, para as suas considerações, conforme o objeto da convocação.

O SR. SECRETÁRIO EDUARDO DESCHAMPS - Sr. presidente, demais membros da mesa, srs. deputados e sras. deputadas; professores e professoras presentes neste Plenário hoje, quero dizer que, atendendo à convocação desta Casa, sinto-me absolutamente à vontade ao estar aqui para prestar os esclarecimentos que forem necessários acerca dos assuntos em questão.

Gostaria apenas, sr. presidente, de fazer uma pequena observação inicial. Independente da convocação, gostaria de deixar claro que fui convidado a prestar os mesmos esclarecimentos na comissão de Educação desta Assembleia. Na data em que acordamos a minha presença, quando estava me dirigindo a esta Casa, fui comunicado pela assessoria da Casa que naquele exato momento estava sendo feita a apresentação do secretário da Saúde, João Paulo Kleinübing, neste Plenário e que, portanto não haveria quórum na reunião da comissão de Educação. Por conta disso, foi desmarcada aquela data e colocada à disposição uma

nova data, que foi sucedida depois por esta convocação.

Então, queremos apenas fazer este esclarecimento de que sempre estivemos à disposição para prestar os esclarecimentos e as informações necessárias.

Sr. presidente, farei uma apresentação aqui que não vai se fixar apenas na questão da carreira, porque a Educação é um órgão orgânico e nós temos uma série de ações que estão sendo feitas que precisam ser passadas aos srs. deputados acerca das ações da Educação que se correlacionam com as questões relativas à Educação.

Também quero, sr. presidente, reiterar que, como representante da secretaria de estado da Educação, sempre defendi a máxima de Voltaire, que diz que ainda que discorde das suas posições, defenderei até a morte o seu direito de dizê-las. E para isso precisamos ter espaço de poder nesta Casa, democraticamente, debater o assunto para que possamos, a partir deste debate, continuar crescendo no âmbito da Educação.

Peço para passarem, por favor, o primeiro *slide* para que todos os srs. deputadas e as sras. deputadas vejam o cenário da educação catarinense.

(Procede-se à exibição de *slides*.)

Hoje temos 1.080 escolas na rede estadual, um número muito semelhante ao número que tínhamos em 2009 - eu vou fazer muitos comparativos com 2009 - ; 535 mil alunos matriculados na rede; e 42 mil professores contratados em atividade, entre professores efetivos e temporários.

Atendemos também, dentro das escolas estaduais, com alimentação escolar, mais de 400 mil refeições servidas por dia, sendo que, colocando um trabalho que foi feito em conjunto com esta Casa, inclusive, sr. presidente, com apoio dos deputados, hoje estamos atingindo a meta dos 30% da alimentação que é servida nas escolas pela agricultura familiar. Assinamos, neste ano, convênio em termos de contrato com 27 cooperativas para fazer o atendimento daquilo que o deputado Dirceu Dresch ainda há pouco colocou no seu

discurso sobre o atendimento da alimentação escolar com a agricultura familiar, e é determinação do governador Raimundo Colombo e de toda a base de deputados do governo que seja ampliado esse percentual de atendimento.

Também transportamos, junto com os municípios, 250 mil pessoas por dia, o que é um volume significativo de ação.

Ao mesmo tempo, quero fazer a observação de que o cenário educacional de Santa Catarina, ainda que esteja coberto de imensos desafios, tem-se destacado em nível nacional.

Todos os indicadores de qualidade de educação apontam a educação catarinense entre as melhores do país. Inclusive, uma matéria publicada, ontem, pelo jornal *Diário Catarinense*, no índice de desenvolvimento divulgado pelo Rio Grande do Sul esta semana, aponta a educação de Santa Catarina como a segunda melhor, ajudando a elevar os indicadores. E esses indicadores, senhoras e senhores, avançam não apenas pela ação de governo, mas, principalmente, pela atuação de cada professor e de cada diretor no ambiente da sala de aula.

(Mudança de *slide*)

Do ponto de vista de ações prioritárias, Santa Catarina tem, nas políticas educacionais, a discussão da base nacional curricular comum - reunimos, na semana passada, 350 educadores nesta Assembleia Legislativa para discutir a base-, o sistema de avaliação escolar e a importante integração entre ensino médio e educação profissional.

(Mudança de *slide*)

Estamos ampliando o ensino médio em tempo integral. Este governo começou com 40 escolas e já temos 150 escolas; temos o Programa Estadual Novas Oportunidades de Aprendizagem, no qual temos 30 mil alunos matriculados no programa de reforço escolar; e tivemos, no ano passado, em mais de 950 escolas, o processo de escolha dos diretores com a participação da comunidade escolar.

Este ano é nossa intenção encaminharmos para esta Casa a Lei do Plano de Gestão Escolar.

(Mudança de *slide*)

Estamos discutindo o plano de oferta educacional, para casar junto com municípios, estado e rede privada a oferta, sem que haja zonas sombreadas para que possamos otimizar a utilização de recursos públicos; e estamos trabalhando nos arranjos educacionais e no sistema de apoio técnico aos municípios.

(Mudança de *slide*)

Temos previsto para este ano, como foi implementado, o professor e o estudante *on-line*, a implementação do sistema diretor *on-line*; o sistema de novas tecnologias e conectividade nas escolas - estamos ampliando a velocidade das escolas de conexão à *internet*; e temos um projeto com o BID de R\$ 600 milhões, chamado Escola do Futuro.

(Mudança de *slide*)

Na infraestrutura escolar, o estado tem investido significativa e principalmente recursos provenientes do Pacto pela Educação. São 31 escolas concluídas este ano, 88 obras em andamento e 78 projetos que estamos trabalhando para este ano, especificamente.

Ao longo de todo o mandato do governador Raimundo Colombo, já foram entregues mais de 30 escolas e realizado todo o sistema da manutenção que atingiu mais de 700 escolas.

(Mudança de *slide*)

Dada a crise, estamos trabalhando fortemente num programa de uso eficiente de recursos junto com os diretores escolares, a consolidação do pregão eletrônico e o cartão de pagamento escolar, que foi uma vitória dos diretores. Hoje há recursos descentralizados diretamente aos diretores nas unidades escolares.

Trabalhamos uma nova estrutura da secretaria da Educação e da gerência de Educação, aprovada por esta Casa, no final do ano passado - e quero agradecer, mais uma vez, a compreensão de todos os deputados e deputadas aqui presentes -, e estamos estudando uma nova estrutura organizacional das escolas que prevê, inclusive, atendimento para novos cargos e novas ações, como é o caso dos

bibliotecários, que está sendo solicitado. E temos também o acompanhamento do Plano Estadual de Educação.

(Mudança de *slide*)

Finalmente, na gestão de pessoas - e logo mais estarei à disposição para responder as perguntas - nós temos um planejamento. Estamos encaminhando ao grupo gestor a solicitação de autorização para a realização de um novo concurso para o quadro efetivo. Depois de oito anos, o governador Raimundo Colombo autorizou, fizemos a chamada de cinco mil novos professores efetivos, e a nossa intenção é, no próximo ano, se tudo correr bem, realizar um novo concurso para o quadro efetivo da rede estadual, obviamente dependendo das questões relativas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sobre a implementação do novo plano de carreira, regulamentamos, à luz da Lei do Piso, a hora/atividade, e estamos regulamentando, já concluída a progressão, a questão das vagas para assistentes de educação, assistentes técnico-pedagógico e especialistas, que voltaram, eram quadros em extinção. E agora estamos trabalhando na regulamentação da gratificação dos diretores e da atuação do professor em substituição.

(Mudança de *slide*)

Srs. deputados e sras. deputadas, é importante colocar aqui o cenário em que nós nos debruçamos e as limitações que temos. Desde 2009, os recursos aplicados na Educação em Santa Catarina passaram de R\$ 1,7 bilhão ao ano para mais de R\$ 3 bilhões, precisamente R\$ 3,1 bilhões aplicados no ano passado, um aumento de 82%, acima, inclusive, da inflação do período.

Entretanto, a folha de pagamento da Educação, somente dos professores ativos, passou de R\$ 973 milhões para mais de R\$ 1,9 bilhão, ou seja, um aumento de 99% dos investimentos na folha de pagamento, superior ao aumento da receita do período. E no caso dos professores inativos, tivemos um aumento de R\$ 568 milhões para R\$ 1,4 bilhão, ou seja, 148% de aumento.

Isso diz respeito aos recursos pagos aos profissionais da secretaria da Educação vinculados

à SED e às escolas, e à Fundação Catarinense de Educação Especial. Se observarmos, veremos que houve um aumento de receita de 88%, aumento na folha de 99% para efetivos e de 148% para inativos.

(Mudança de *slide*)

Entretanto, esse aumento descasado que houve entre receita e folha de pagamento, aliado a outros investimentos da Educação, fez com que as cotas financeiras disponíveis para a secretaria de Educação, descontadas a transferência do Fundeb para os municípios, a Fundação Catarinense de Educação Especial, o transporte escolar, as APPs - onde nós pagamos as serventes e algumas merendeiras - e a folha, significou uma redução de R\$ 435 milhões disponíveis em 2010 para R\$ 227 milhões no ano passado, igual ao valor a ser aplicado este ano. Vem daí muitas das explicações para as dificuldades que temos na aplicação de novos recursos no âmbito da Educação.

Sr. presidente, este é o cenário. Quero me colocar, mais uma vez, à disposição desta Casa, a todos os deputados e as deputadas, para poder fazer um debate democrático que esta Casa exige acerca da Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa. Eu considero que todos os nossos convidados devem ter ouvido atentamente as suas colocações e, com certeza, estão preparados para perguntar sobre qualquer dúvida que tenham.

Então, neste momento, concedo a palavra à eminente deputada Luciane Carminatti para, por um período de até 15 minutos, fazer as suas manifestações dentro do objeto da convocação, conforme preconiza o art. 340.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar, mais uma vez, os professores, as professoras, os dirigentes, os servidores da Educação, todos os presentes e também os que nos acompanham através da TVAL.

Meus cumprimentos ao secretário da Educação, excelentíssimo sr. Eduardo Deschamps, agradecendo pelo comparecimento à convocação aprovada nesta Casa.

Gostaria de resgatar, inicialmente, que nós aprovamos, no dia 19 de abril, um requerimento para que v.exa. participasse de uma reunião na comissão de Educação. Não vou citar os motivos pelos quais não foi possível a realização dessa reunião, mas deliberamos também, com data do dia 21 de junho, um requerimento aprovado com o apoio de todos os parlamentares desta Casa.

Eu começo a minha fala trazendo a manifestação de alguns professores. Diz uma professora: "Eu batalho pela Educação há mais de 40 anos e trabalhei em todos os níveis da Educação, desde as séries iniciais e do jardim da infância até a pós-graduação. Eu me aposentei pela Univali e a coisa de que mais me orgulho é ser professora".

Diz outra professora: "Esse plano de carreira é ruim, é desproporcional, e não visa uma carreira em si. É totalmente desrespeitoso com os professores e não pode ficar dessa forma".

Diz uma terceira professora, falando da educação especial, da Fundação: "Além de toda essa situação que os professores estão enfrentando, gostaria de reclamar sobre os professores da Fundação. Sou efetiva desde 2002, na Apae" - e ela cita o município, que eu não vou citar por questão de respeito a ela -, "e no fim do ano passado simplesmente fomos comunicados que não éramos mais funcionários da Fundação e fomos transferidos para outra escola - e da qual não tenho nada a reclamar, mas tenho da situação que estou vivendo. Fiz concurso para a educação especial, tenho formação em educação especial, e fui jogada para outra escola sem perspectiva. Não sei o que será do meu futuro. Peço informação para todos e ninguém me orienta, não dizem nada".

Diz outra professora: "Estou aposentada há três anos e continuo trabalhando, pois o nosso salário está há sete anos praticamente o mesmo. E não sou a única. A maioria continua trabalhando por conta da desvalorização da nossa categoria,

uma classe que busca o melhor dos alunos, que instrui, que educa. A gente não tem uma vida digna e uma qualidade de vida pelo salário que a gente tem”.

Eu poderia continuar citando aqui esses depoimentos. Mas a primeira reflexão que quero trazer, secretário, é sobre a motivação que os nossos educadores têm para serem professores. E falo de motivação porque acredito muito que um profissional tem que ser valorizado. E não é apenas de salário que estou falando, estou falando de respeito, valorização, condições de trabalho, garantia da qualificação e profissionalização, e de uma coisa que me tem chamado a atenção: a questão da saúde dos profissionais da Educação. Os professores estão trabalhando doentes, medicando-se, e isto é muito grave, pois encurta a vida, faz com que perca a autoestima e as condições de motivação.

(Palmas)

Primeiro, quero trazer essa questão aqui, secretário, de forma muito respeitosa e preocupada. Eu sou deputada, mas é passageiro. Num mandato eletivo, o povo nos coloca e tira-nos. Mas eu sou professora de carreira e mãe de aluna de escola pública estadual. Eu vejo os professores da escola da minha filha extremamente dedicados, sérios e comprometidos. Mas eu me pergunto: será que o estado está pensando na saúde desses professores? O que, diariamente, é feito com o objetivo de prevenir a doença, de não garantir que um professor tenha que sair da sala de aula com problemas de LER, Dort, depressão, dor na coluna e assim por diante?

Assim, a primeira reflexão é sobre essa motivação, pois falta motivação para os nossos professores terem brilho no olhar e exercerem a profissão com respeito.

(Palmas)

Eu quero, então, a partir daí, entrar no tema do objeto desse requerimento. Poderíamos falar da infraestrutura das escolas, como fizemos na audiência; poderia falar da merenda escolar, pois há um projeto de lei nesta Casa que proíbe a

terceirização da merenda porque vira negócio, vira propina, vira corrupção, e merenda não pode ser isso.

(Palmas)

Mas não vou falar sobre os outros temas. Eu quero me ater ao plano de carreira e gostaria, secretário, que v.exa. fosse muito sincero e dissesse para nós para onde vai a carreira dos professores. O que tem, hoje, nós sabemos. Nós queremos é saber para onde vai, qual é o horizonte da carreira do professor.

Trago aqui, para iniciar a conversa, a preocupação com o plano de carreira que foi aprovado nesta Casa em dezembro do ao passado. Nós alertávamos, naquela ocasião, que esse plano de carreira traria inúmeros prejuízos à carreira dos professores. Talvez tenha sido um bom negócio para o governo, mas para os professores e para a sociedade não foi! Todas as semanas recebemos reclamações sobre questões como, por exemplo, no início do ano, a falta dos professores ACTs nas Apaes dez horas e 30 horas.

Mais recentemente também identificamos que, por conta da lei aprovada, professores que tinham 20 horas efetivo e 20 horas ACT, ao se aposentarem, agregam somente as 20 horas de efetivo. É claro que pode haver algum caso de, nos últimos anos, professores aumentarem apenas a carga horária e terem uma média da carga horária aumentada. Mas a realidade, grosso modo, eu diria que não é essa porque professor tem que trabalhar 40 e 60 horas para ter condições de sobreviver, senão não aguenta. E quando se aposenta, ele não se aposenta mais com o cargo de ACT, somente com o cargo de efetivo.

Então, temos aqui uma grande injustiça aos professores, que perdem esse contrato na aposentadoria, esse valor do professor contratado.

Falo aqui também da incorporação da regência de classe. Talvez eu diga aqui que foi um bom negócio para o governo, porque passou uma imagem de que os professores não perderam remuneração, mas na prática temos um vencimento estabilizado, um vencimento congelado, um vencimento do ano

passado igual ao deste ano, igual ao do ano que vem, numa inflação que tem crescido e corroído o salário dos professores.

Eu trago outro tema aqui, que é a questão do critério de reajuste. Quando olho para aquela tabela com vencimentos fixos, eu me pergunto: onde cabe a inflação aqui. Não cabe inflação. Portanto, nós temos um quadro estático com vencimento estabelecido e uma inflação que este ano pode ser menor que a do ano passado, mas vai-se acumulando perdas no conjunto do poder aquisitivo.

Então, falei da regência de classe, da aposentadoria, do critério de reajuste e trago aqui também a questão do abono das faltas das greves. E acho que essa questão é por deveras injusta. Por que falo isso? Porque quero que os pais compreendam que as faltas dos professores oriundas da greve foram negociadas na mesa de negociação entre sindicato e governo. E ao negociar, os professores repuseram esses dias.

Portanto, se os professores tiveram em média sete faltas, conforme documento que recebi na comissão de Constituição e Justiça... A informação que veio da secretaria de estado da Administração, secretário - e posso lhe passar esse documento -, é que são 13.781 servidores abonando 102.923 faltas, gerando um impacto financeiro de R\$ 2.557.000,12.

Se eu fizer o cálculo dividindo o número de faltas pelo número de servidores, tenho em média sete faltas por servidores em três anos. E alguém pode questionar o fato de que, se o professor teve falta, o certo é que ele tenha o registro da falta e seja penalizado por isso. Não é, e é aí que está o engano. Os professores faltaram por motivo de assembleia da categoria e paralisação, e repuseram esses dias. Portanto, se eles repuseram os dias, esses professores estão tendo os seus direitos subtraídos, porque perdem licenças e perdem a progressão para uma carreira que já não está concedendo.

Então, isso é uma coisa extremamente injusta. Eu, inclusive, apresentei na Casa um projeto de lei com o objetivo de abonar as faltas, porque os

as professores repuseram as aulas. Se eles tivessem dito: "Não! Nós tivemos falta por greve e não vamos repor esses dias", até poderíamos dizer que seria justo e correto que o governo descontasse esses dias. Mas não foi isso que aconteceu, porque houve trabalho e não houve pagamento. A realidade é esta!

Para terminar a minha manifestação, quero dizer que há uma dívida também, sim, com o concurso público - e isso foi citado pelo secretário. Já havia sido assumido um compromisso de neste ano realizar concurso público, mas, no entanto, não temos a definição, o prazo.

Quero terminar a minha fala, secretário, dizendo que obviamente v.exa. viria aqui e diria que o problema é caixa. Mas quero trazer alguns números. Veja bem: na Assembleia Legislativa, cada vez que vem um corte, o autor do corte não é o secretário da pasta, e sim o grupo gestor. É fácil dizer que o grupo gestor corta, e acho que o governo foi muito hábil nisso, pois criou uma forma de dizer que há alguns secretários que cortam, mas que não sou eu, o governador, e também não é o secretário da pasta. Eu sinto que neste governo encontrou-se a fórmula mágica para dizer que o governo corta, mas não tem culpa de cortar.

Então, secretário, preservando-lhe aqui, quero dizer que o senhor está fazendo parte de um governo que está não apenas cortando investimentos na Educação, como tirando dinheiro da Educação de Santa Catarina. Eu vou dizer por quê. Se é verdade o que o Tribunal de Contas do estado tem emitido e publicado, e tenho a planilha aqui em minhas mãos, de 2005 a 2015 nós não tivemos, com exceção de 2005, nenhum ano que foi aplicado 25% na Educação.

Em 2008, nós tivemos um percentual de 21.82%, e em 2009, de 22.86%. Naquela ocasião, estavam os inativos da Educação. Depois foi acordado que, gradativamente, os inativos seriam tirados dos 25%. Mas estranhamente no ano passado, em 2015, esse recurso diminuiu e ao invés de 21,86%, em 2009, nós temos na tabela do Tribunal de Contas 22,23%, percentual menor que no ano de 2014, que foi de 23,21%. Ou seja, tiramos os inativos e o

percentual não aumentou, diminui de um ano para outro. E se considerarmos o Ceitec, Fundo Social, os recursos da Celesc e o não aplicado, a Educação perdeu R\$ 3.596.000.000,00. Portanto, o governo tem responsabilidade, sim, com a carreira e a Educação de Santa Catarina!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o secretário Eduardo Deschamps, por até 15 minutos, para responder as indagações da eminente deputada Luciane Carminatti.

O SR. SECRETÁRIO EDUARDO DESCHAMPS - Primeiro, quero cumprimentar a deputada Luciane Carminatti e dizer que ela, como representante da Educação, tem sempre conversado conosco e trazido diversos itens acerca dos pleitos do magistério, assim como os demais deputados da Casa têm feito.

A secretaria da Educação é uma casa aberta para receber sempre os deputados, e eles nos têm trazido várias reivindicações e temos procurado atendê-las, na medida do possível. Quando identificamos algum erro ou equívoco, isso é corrigido, e quando verificamos que está correto, procuramos esclarecer não somente os deputados, como também a opinião pública acerca disso.

Uma observação importante é o comparativo do contracheque dos profissionais da Educação de 2010 com 2015 e 2016. A média salarial dos profissionais da Educação passou de R\$ 2 mil, para os ACTs, em 2010, para R\$ 4 mil este ano. A média salarial dos professores efetivos da Educação, salário bruto, passou de R\$ 3 mil, em 2010, para R\$ 6 mil este ano.

(Manifestação das galerias)

Deputada Luciane Carminatti, respondendo as suas perguntas, esta é a primeira resposta para dizer que houve avanços e que o governo reconhece esses avanços ainda precisam aumentar. O compromisso do governador, Raimundo Colombo, e do vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, é com essa melhoria salarial que vem acontecendo.

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, ouvi, no meu gabinete, o seu apelo para que viesse ao plenário. Dos 40 deputados, agora está presente 1/3, e quando entrei no plenário estavam quase todos presentes. Estamos tendo uma dificuldade tremenda para ouvir o secretário falar. Deu para ouvir a deputada Luciane Carminatti, mas não temos condições de ouvir o secretário, devido às manifestações nas galerias.

Além do mais, v.exa. tem autonomia. Já disse uma vez aqui, e repito, que v.exa. está com o cajado na mão. Eu gostaria de ouvir a fala do secretário, porque, se não, o que estamos fazendo aqui?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Narcizo Parisotto, pela sua manifestação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero fazer um pedido aos professores: é muito importante ouvirmos as respostas do secretário, até para que possamos, de posse das suas respostas, promover ações e medidas.

Quero dizer aos professores que a manifestação é livre sempre, mas é fundamental ouvirmos o secretário para depois pensarmos que medidas podemos tomar.

Professores, eu sei que essa primeira resposta não soa como real, mas podemos pensar em ações no sentido de que os professores mostrem os seus contracheques para ver quem está falando a verdade.

(Manifestação das galerias)

Então, peço que os professores presentes ouçam o secretário e que, ao final, sr. presidente, possamos encaminhar ações concretas no sentido de melhorar o problema que está posto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Concedo a palavra ao secretário de Educação, Eduardo Deschamps.

Peço silêncio, por favor, até em respeito ao secretário que aqui está!

O SR. SECRETÁRIO EDUARDO DESCHAMPS - Deputada Luciane Carminatti, a título de esclarecimento, devo dizer como é feita essa conta da média salarial. Isso é salário parametrizado para 40 horas. O total de professores com a carga horária define o número de professores 40 horas - senão não há um padrão de comparação -, soma-se todo o valor investido na folha de pagamento e divide-se pelo número de professores 40 horas, e daí temos a média salarial. E v.exa. sabe que a carga horário é variável. Então, temos que trabalhar com um valor padrão, que é parâmetro geral do estado.

Com relação à falta de ACTs nas Apaes, no começo do ano, e a questão da carga horária, quero dizer que foi proposta uma correção por esta Casa e acatada pelo governo. Se não me engano, a proposição é de autoria do deputado José Nei Ascari e já foi aprovada e realizada a devida correção.

Sobre a questão das 20 horas de efetivo, mais um contrato de ACTs para fins de aposentadoria, gostaria de dizer que, infelizmente, um contrato é estatutário e o outro contrato, na verdade, é do regime geral da Previdência e não há como se fazer o acúmulo. Se for feita uma alteração de carga horária definitiva, aí, sim, será possível fazê-lo e levar para a aposentadoria. Mas no caso de contrato efetivo, mais ACTs, a legislação veta que se leve os dois contratos para fim de aposentadoria. Então, na verdade, é uma limitação de legislação previdenciária.

Com referência ao abono das faltas, é importante colocar que ainda que o acordo assinado trate claramente das paralisações decorrentes de greve e não de assembleias - e ainda que este tema reportava-se apenas para fins de progressão, ou seja, para o professor não ser penalizado duas vezes -, estamos encaminhando à Casa Civil um projeto de lei com abono total das faltas que

foram colocadas naquele acordo. E a partir daí competirá a esta Casa fazer a análise desse projeto de lei e, obviamente, na sequência, a sua aprovação para que sejam feitos os pagamentos devidos.

É importante colocar, para esclarecimento dos deputados, que não quero entrar em confronto, mas acho que é bom terem em mente como funciona o sistema da Educação. Os profissionais da Educação, como todos os demais profissionais, servidores públicos ou privados do Brasil, têm direito a 30 dias de férias no ano, mais os dias eventuais de férias coletivas, quando forem assim definidos, e mais os dias relativos às suas licenças previstas em lei, no caso de servidores públicos, como é o caso da licença-prêmio, e assim por diante. Em todos os demais dias, os profissionais da Educação, assim como os demais profissionais, são remunerados de acordo com a sua carga horária.

Portanto, por exemplo, se o profissional que tem um contrato de 40 horas não fizer reposição de aulas em alguns dos casos prescritos como licença, ou no período de férias, ou finais de semana, e repor aula num dia que ele tenha atividade na escola, ainda que seja recesso escolar - porque o recesso escolar significa férias para os alunos e não para os profissionais da Educação -, se eu fizer um pagamento, estou fazendo um pagamento duplicado para o mesmo período de tempo. Mas ainda assim - e quero deixar claro isso - fazemos acordos para que os alunos não sejam prejudicados e, muitas vezes, é feito esse tipo de remuneração.

Mas há dúvidas jurídicas sobre isso - e não estou dizendo que há certeza -, pois ao fazer uma reposição num dia de atividade normal talvez ele esteja sendo remunerado duas vezes pelo mesmo tipo de atividade. Então, isso é importante colocar.

Mas, de qualquer maneira, deputada, estamos fazendo os ajustes para que isso possa ser efetivamente atendido.

Nos últimos cinco meses, a principal fonte de arrecadação - e a senhora colocou a questão da receita - da Educação é Fundeb. Nos últimos cinco meses, o Fundeb teve arrecadação negativa em

relação aos mesmos cinco meses do ano passado. Nós estamos há cinco meses com arrecadação negativa do Fundeb, e há uma mudança da forma de distribuição de valores, de acordo com as matrículas das redes estaduais e municipais. Em 2010, para cada R\$ 100,00 que eram depositados no Fundeb pelo estado e pelos municípios, R\$ 80,00 eram depositados pelo estado e R\$ 20,00 eram depositados pelos municípios, sendo que retornada para o estado, dessa conta Fundeb, R\$ 60,00 desses R\$ 100,00. Dos R\$ 80,00 que ele depositava, R\$ 60,00 voltavam e R\$ 40,00 iam para os municípios. Desde 2013 isso se inverteu: o estado continua depositando R\$ 80,00, os municípios continuam depositando R\$ 20,00, só que o estado recebe de volta R\$ 44,00 e os municípios recebem de volta R\$ 56,00. Ou seja, essa é a lei do Fundeb, por conta da estrutura de matrículas.

Então, ainda que você tenha aumentos de receita, a receita efetiva distribuída para a secretaria de estado da Educação não aumenta na mesma proporção da receita global. Isso acontece não somente com o estado de Santa Catarina, mas acontece de maneira geral.

Portanto, esses são os pontos. Com relação à questão dos inativos, como eu já mostrei, houve um aumento significativo da folha dos inativos, o que tem levado a secretaria da Fazenda, em conjunto com a secretaria da Educação, a fazer o atendimento daquilo que foi acordado com o Tribunal de Contas, considerando também aumento de recursos aplicados na Educação. Porque se desconsiderarmos agora os inativos como profissionais na Educação, para fins de aplicação da Educação - e não estou falando para fins de aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, e sim para fins de aplicação com a Educação... Se olharem o gráfico que eu apresentei, verão que passamos um valor da folha dos inativos que, somado com a folha dos profissionais ativos, que era de R\$ 1,5 bilhão, agora está ultrapassando a R\$ 3,300 bilhões com essas folhas, superior aos recursos que deveriam ser especificamente aplicados na Educação.

Eram estes os esclarecimentos, sr. deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu faço uma consulta a deputada Luciane Carminatti, autora da proposta: devo conceder a palavra ao deputado Dirceu Dresch, o único inscrito, ou v.exa. quer fazer a sua manifestação, haja vista que tem mais uma intervenção?

(A deputada Luciane Carminatti manifesta-se no sentido de ouvir o deputado Dirceu Dresch.)

Então, concedo a palavra ao deputado Dirceu Dresch, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente parece que v.exa. faz parte do grupo que discute o Regimento desta Casa. Portanto, quero dizer que acho importante, num momento como este, que um representante dos trabalhadores também possa se manifestar na tribuna.

Então, talvez tenhamos que mudar isso no Regimento para que, futuramente, os representantes dos trabalhadores também possam fazer uso da palavra. Esta é uma sugestão que deixamos aqui!

Sr. secretário, quero fazer algumas colocações, mas, primeiro, gostaria de dizer que usei a tribuna hoje, na sessão ordinária, e falei da preocupação que temos. Secretário, o senhor falou da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como nós temos uma legislação que dá um teto de investimentos em algumas áreas, especialmente com os servidores, o estado tem usado algumas fórmulas mágicas no sentido de burlar, e citei uma delas anteriormente, que é o problema do repasse de recursos da Celesc que, ao invés de ir para o Fundo, iria compor os recursos para aumentar a possibilidade de investimentos na Educação, inclusive para os servidores. E para não chegar ao teto da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele pegou o dinheiro e jogou direito no Fundo Social para escapar disso.

Então, gostaria de saber como a secretaria discute isso no Executivo, porque v.exa. representa aqui a secretaria?

Outra questão do fundo é com relação à renúncia fiscal. Nós temos mais de R\$ 5 bilhões no Orçamento que são renúncia fiscal. Eu sempre

defendo que não tem que acabar com a renúncia fiscal, e sim dar incentivos para setores que precisam. Mas precisamos rediscutir a questão do alto índice da renúncia fiscal no estado, porque isso diminui também os recursos para a Educação.

Secretário, com essa manobra que a secretaria da Fazenda usou de jogar dinheiro da Celesc para o Fundo Social, a Educação perdeu mais de R\$ 180 milhões no ano passado e este ano, e isso é muito grave!

Então, quero saber como a secretaria imagina tratar isso, porque esse recurso tem que vir de outras fontes para dar conta da necessidade que há?

Temos outra pergunta: nós construímos, e foi divulgado, um acordo de que o governo iria dar um reajuste, em 2015, de 13%, e em 2016 de 11,3%, mas temos um salário congelado no ano passado e neste ano. Então, como a secretaria propõe isso?

V.Exa. falou do concurso público, e ele é somente uma intenção ou há um prazo determinado e esse concurso vai sair? Porque eu acredito que não há educação de qualidade com ACTs, e é preciso que seja feito concurso público, porque educação tem que ser carreira. Então, pergunto se há esse prazo estabelecido.

Secretário, v.exa. já falou muito dos dias repostos, e quem repõe os dias de trabalho em virtude de uma mobilização, tem que receber, e a nossa posição é muito clara neste sentido.

A última questão é sobre alimentação escolar. Finalmente, depois de seis ou sete anos de luta, especialmente dos agricultores, das entidades e dos professores, no sentido de fortalecer a nossa agricultura familiar, o estado assinou alguns contratos. Mas entendemos que Santa Catarina, como tem quase 200 mil famílias de agricultores familiares, deveria, e com certeza deve, aumentar o percentual, e não somente 30%. Nós queremos saber se o estado tem a intenção de avançar na perspectiva de chegar a 100%? V.Exa. já falou sobre isso, mas pergunto se há um prazo para isso ser implantado no estado de Santa Catarina.

Era isto o que eu tinha a dizer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Concedo a palavra ao secretário de estado da Educação para, por um período de até 5 minutos, responder as perguntas do eminente deputado Dirceu Dresch.

O SR. SECRETÁRIO EDUARDO DESCHAMPS - Deputado Dirceu Dresch, o que fizemos ano passado, na lei aprovada nesta Casa, foi a adaptação da carreira do magistério à lei do piso. Não se tratava de uma lei de reposição salarial, e sim de descompactação da carreira.

Então, os percentuais que o senhor colocou aqui são percentuais que estão sendo aplicados a profissionais em determinados níveis de carreira e não a todos os profissionais, até porque, desde 2012, tivemos profissionais que tiveram mais de 180% de aumento e outros que tiveram 80%.

Sobre o concurso, concordo com v.exa. A qualidade da educação passa, sim, por uma organização da escola e que possamos ter professores efetivos. Discordo apenas do parcialmente, até porque foi uma bandeira do próprio sindicato, ano passado, de que ACT e efetivo, na função na escola, cumprem a mesma função. Então, não podemos discriminar ACT e efetivo neste caso.

Concordo que a sua fala está colocada do ponto de vista da estabilidade de carreira, e é dessa forma que tratamos também. E por isso que o estado, depois de oito anos, fez um concurso para quadro efetivo, efetivou cinco mil novos professores e a nossa intenção é fazer novamente esse concurso. Reitero que não depende apenas da vontade de governo, e sim de questões legais, em especial da questão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os 13 mil profissionais que a deputada Luciane Carminatti se manifestou acerca da reposição das aulas dizem respeito às aulas que não foram dadas para fins, principalmente, em base de assembleias sindicais realizadas pelo sindicato. Não discuto aqui o direito de reunião sindical. O que quero

discutir aqui, apenas como proposta de reflexão, é se essas assembleias não poderiam ser realizadas em datas que não conflitassem com o calendário escolar, porque quem é prejudicado é o estudante, quando as assembleias acontecem. Sábado, por exemplo, não poderia ser feita a reunião? Não haveria, inclusive, desconto para esses dias.

Sobre a questão do Fundo Social, discutimos bastante, sim, dentro do Executivo sobre isso. Os repasses do Fundo Social, no nosso entendimento e pelo entendimento dado pelas assessorias jurídicas do governo, são legais, previstos em lei, passíveis de adaptações e ajustes, se forem necessários. Porém, não nos iludamos que a retirada dos recursos do Fundo Social para que esses recursos possam ser distribuídos de outras formas, vai significar um aumento significativo de recursos para a rede estadual. Vai aumentar significativamente os repasses que são feitos aos municípios, pelas regras de distribuição. E nesse caso, os municípios sempre são compensados de outra forma pelo governo do estado.

Então, reitero aqui que há o entendimento preliminar de que os dispositivos colocados pelo Fundo Social são legais e que isso nos tem ajudado, inclusive, a fazer também a manutenção da rede estadual com recursos que são repassados do Fundo Social, inclusive também com vários apontamentos que são feitos por diversos membros desta Casa, para não dizer todos, que nos apontam necessidades também que chegam a partir das suas bases parlamentares.

Finalmente, sobre a agricultura familiar, deputado Dirceu Dresch, devo dizer que, sem dúvida, é uma grande meta. E o senhor sabe a briga que foi para que isso acontecesse, porque tínhamos todas as chamadas públicas para atendimento da agricultura familiar sendo desertas. Não era falta de vontade de o governo contratar, era falta de quem pudesse entregar. Nós fizemos um trabalho ao longo de quase três anos com a equipe da diretoria da área de alimentação escolar da secretaria para que organizássemos as cooperativas, e assinamos,

como eu disse, este ano com 27 cooperativas a organização desse processo.

Era isto o que eu tinha para colocar, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a v.exa. e convido a deputada Luciane Carminatti para, por um período de até cinco minutos, fazer as suas colocações.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Secretário, em função do tempo, serei muito breve. Vou me manifestar com relação aos temas que acredito que haja contradição e ao tema da saúde do trabalhador, que não foi respondido.

Com relação à aposentadoria, como eu falei, precisamos resolver isso, porque se um professor altera a sua carga horária nos últimos três anos para se aposentar, é, sim, um problema. Mas a grande maioria dos professores, tenho certeza, e não é nos últimos anos, tem uma carga horária cheia para dar conta de ter uma remuneração um pouco melhor. E na hora de se aposentar ficam apenas com a remuneração do efetivo.

Então, quero deixar este registro aqui pedindo que isso seja resolvido.

A segunda questão é com relação às faltas. Veja bem: como é que um professor entra em greve, decreta greve, que é um direito que está na Constituição, como qualquer trabalhador deste país, se ele não pode ter assembleia da categoria que vai deliberar ou não pela greve?

Entendo que a paralisação para a assembleia é a mesma coisa que a paralisação dos dias, quando a greve está decretada. Portanto, acho que é uma questão de bom senso pensar no direito do profissional que repôs esse dia parado. E quero dizer que, se esse projeto entrar nesta Casa, pode ter certeza de que nós, deputados, aprovamos no mesmo dia que ele entrar!

Gostaria de fazer mais duas manifestações. A primeira é para dizer que recebi alguns contracheques que estão muito longe de R\$ 6 mil de um professor efetivo e muito longe de R\$ 4 mil de um professor ACT. É claro que quando v.exa. fala

em média, talvez haja alguns ganhando muito e a maioria ganhando pouco e dá uma média.

Então, quero deixar aqui uma pergunta: para onde está indo este recurso.

Mas quero terminar a minha fala dizendo, nesses minutos que me restam, que temos uma tarefa grande - e quando eu digo nós, quero dizer nós, os 40 deputados. O Parlamento catarinense precisa fazer com que o Executivo ponha a mão na consciência e resolva um problema concreto. Como é que fica, secretário, o reajuste das perdas inflacionárias dos professores, dos trabalhadores em Educação, dos servidores? Ninguém fala disso, e isso é perda concreta porque aquele vencimento que está lá no plano aprovado em dezembro é um vencimento fixo. E a inflação? Qual é a boa notícia que o senhor pode nos dar com relação à reposição das perdas inflacionárias?

Eu falo Parlamento porque nós, os 40 deputados, podemos, sim, se houver acordo, sentar com o governador e discutir. Nem que seja escalonamento, tem que haver uma resposta para a carreira do professor este ano, o ano que vem, e que seja além da remuneração que está descrita na lei aprovada nesta Casa.

(Palmas)

Então, estou dizendo o seguinte, secretário: mobilize os deputados, faça este papel, que é fundamental! Nós temos que arrancar do governador esse compromisso para com a Educação de Santa Catarina!

Quero agradecer a v.exa. pela sua manifestação e dizer que temos muitas divergências, mas que sempre respeito as autoridades, mesmo que eu discorde, muitas vezes, e v.exa. sabe disso. Mas eu não vou abrir mão de dizer que em Santa Catarina a Educação poderia ter muito mais investimentos e os nossos professores serem valorizados com dignidade.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Nós estamos com o horário da Ordem do Dia estourado e por isso v.exa. tem dois minutos para a sua conclusão.

O SR. SECRETÁRIO EDUARDO DESCHAMPS - Deputada, para não deixar sem resposta, quero dizer que a saúde do trabalhador é de fato, como eu tinha colocado, uma preocupação nossa. Isso não envolve apenas o magistério, é de maneira geral, e a nossa ideia é fazer um trabalho com a secretaria da Administração que envolva a questão da saúde do trabalhador.

Sobre a aposentadoria, eu reitero novamente que é a questão da alteração da carga horária e não do contrato de ACT, mas podemos avaliar isso, sem problema.

Reitero novamente a questão da paralisação de assembleias. A nossa ideia é que as assembleias possam ocorrer em momentos em que não haja prejuízo para os estudantes, mas o projeto de lei vem para cá.

A média salarial, de novo, é média salarial, e não dá para olhar particularmente, mas quero reiterar isso e dizer, deputada, que os recursos vão integralmente para pagamento da folha de pagamento. A auditoria nunca nos apontou nenhum tipo de ação diferente, e se apontou algum caso pontual, já foi corrigido.

Finalmente, sobre as perdas, quero dizer que dependemos certamente de novas fontes de receita. Inclusive, no próprio projeto de lei aprovado nesta Casa, se não me engano, o deputado Valdir Cobalchini, quer era o relator, colocou que nós também possamos, em conjunto com esta Casa, estudar novas fontes de receita para ampliar o financiamento da Educação catarinense.

Sr. presidente, encerro aqui e quero, mais uma vez, agradecer a atenção de todos, colocando-me sempre à disposição de todos. E retornarei a esta Casa, sempre que for necessário!

Muito obrigado e boa-tarde!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados, encerramos a presente sessão especial para, em seguida, reabrirmos a sessão ordinária do dia de hoje, que foi suspensa.

Está encerrada a presente sessão.

